



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Nova Friburgo - RJ

Processo Nº 21439/24

Rubrica 8 Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: a16e7d73-8924-4904-a49b-6a0f63896696

Protocolo: Processo Requerimento Nº 021439/2024

Data: 07/08/2024 10:48:55

Origem: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Contato: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES				
por ordem das atividades mais recentes				
versão completa				
Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 07/08/2024 10:49:22	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO,  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

IMPUGNAÇÃO - com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.093/2024 - UASG: 985867

**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.,** inscrita

no CNPJ n.º 05.340.639/0001-30, com sede na Rua Calçada Canopo, n.º 11 - 2º Andar, Sala 03,

- CEP: 06541-078, e-mail:

os.com.br, por intermédio

PUGNAR o Instrumento

- Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba/SP

juridico@primebeneficios.com.br e noely.rodrigues@primebeneficio

de sua procuradora subscrita *in fine*, vem, respeitosamente, IM

Convocatório, consoante motivos a seguir determinados:

## I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Considerando que a IMPUGNANTE é uma empresa que exerce a atividade compatível com o objeto da licitação e, portanto, pretensa licitante, o prazo para impugnação é de até o 3º dia útil que antecede a abertura das propostas, conforme o art. 164 da Lei n.º 14.133/21:

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

Sendo assim, é de se assinalar que a presente insurreição se encontra TEMPESTIVA, uma vez que protocolada com antecedência da data da abertura da licitação, tendo em vista que esta ocorrerá no dia 12/08/2024 (**não se considera horas na contagem do prazo, mas sim o dia de expediente no órgão**).

## II - DO PRAZO PARA RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO

Como regra, a impugnação ao edital não tem efeito suspensivo em relação à realização do certame. Mas, é obrigação do Pregoeiro respondê-la no prazo máximo de 3 dias úteis, contados da sua interposição junto à Administração Pública, como determina o parágrafo único do art. 164 da Lei n.º 14.133/21:

*Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

Dessa forma, o Pregoeiro deverá apresentar resposta dentro do prazo legal, sob pena de invalidação do certame, pois, diante do silêncio restará inviável a formulação adequada e satisfatória das propostas.

## III - DOS FATOS E DAS RAZÕES

Está prevista para o dia 12/08/2024, às 10h00, a abertura do Pregão Eletrônico n.º 90.093/2024, para o seguinte objeto:

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (ano).

Em detida análise ao edital constatou-se **ilegalidades** que afrontam o Comando Constitucional, que determina a realização de procedimento licitatório, estando em desacordo com o que determina a legislação sobre o tema, contendo cláusulas exorbitantes que não condizem com os princípios administrativos presentes na Constituição Federal.

---

#### IV - DO OBJETO LICITADO

---

Depreende-se da análise do presente edital, que se **trata da contratação de empresa GERENCIADORA do fornecimento de combustível através de sistema informatizado**, vejamos:

##### 2. OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com **fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento** de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (ano), conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

Ao analisamos detalhadamente o objeto, conclui-se que a Administração Pública almeja a contratação de Gestão de Frota.

No entanto, da análise das demais exigências editalícias, suscita-se a dúvida sobre o real objetivo do presente certame, visto que o edital abre a possibilidade para a aquisição direta com fornecedoras de combustíveis a granel, vejamos:

### 3.2 DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO POSTO DE COMBUSTÍVEL

*3.2.1 A EMPRESA deverá realizar a instalação de: 2 (dois) tanques aéreos de 15.000 (quinze mil) litros CADA, 2 (duas) bombas digitais com 2 (dois) bicos cada, 1 (um) filtro de linha, 1 (um) programa de gerenciamento de abastecimento da frota, com sistema de transmissão de dados online, para 4 (quatro) bicos e disponibilizar 380 (trezentos e oitenta) equipamentos eletrônicos para instalação em veículos, 1 (um) filtro de Diesel, 2 (duas) sondas de nível para os tanques para aferição em tempo real, via smartphone ou pc desktop do nível atual de combustível e controle de descarregamento da entrega. Estes equipamentos serão disponibilizados em REGIME DE COMODATO e os gastos com transporte e instalação ocorrerão as expensas da contratada. Deverão também ser instaladas bombas reservas do mesmo tipo/modelo, em conformidade com o item.*

E nesse aspecto, há que se dizer que a contratação de empresa fornecedora de combustível a granel não é a melhor escolha para alcançar a economia e eficiência, e ainda assim, respeitar os princípios basilares da licitação.

Entrementes, o órgão licitante pleiteia dois serviços distintos dentro de um só item, quais sejam: o fornecimento de combustível ("kit de abastecimento") e a gestão de abastecimento de frota por intermédio de um sistema informatizado, serviços estes, que não se confundem devido as peculiaridades existentes em cada um.

Ao inserir exigências característica de fornecimento a granel no edital, afasta as gerenciadoras, no mesmo sentido em que, inserir cláusulas que somente gerenciadoras de frota possam atender afastará as distribuidoras de combustível.

A confusão que se extrai do referido edital dificulta a sua interpretação, restringe a competitividade e afasta empresas em potencial com expertise em gerenciamento de frota, que podem oferecer contrato mais vantajoso e eficiente para a Administração.

Posto isto, em que pese a discricionariedade conferida à Administração Pública quanto a escolha do tipo de contratação para atender suas necessidades, esta deve sempre ser pautada nos princípios que norteiam o instituto da licitação. Logo, **para definição**

do objeto a ser licitado deve ser analisado o princípio da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para o erário público.

Atualmente, os serviços de fornecimento de combustível a granel se tornaram obsoletos, razão pela qual a gestão de frota, também conhecida como quarterização, vem ganhando força e sendo mais buscada pela maioria dos entes públicos ao redor do país.

Com a contratação do novo modelo de “aquisição” de combustíveis pela Administração Pública, chamada de quarterização, o órgão licitante poderá firmar Contrato de até 60 meses, dispensando toda a burocracia e dispêndio de gastos com cada licitação promovida neste período, incluindo mão de obra do funcionalismo público.

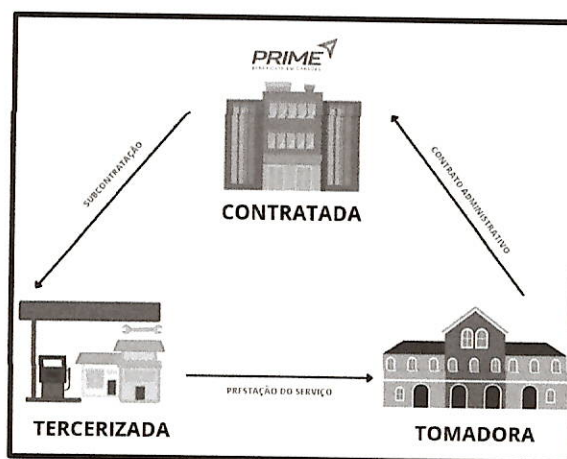
Este modelo é denominado como quarterização, sendo a empresa gestora também uma intermediadora dos pagamentos pela prestação dos serviços, existindo duas relações contratuais, sendo a primeira através de Contrato Público entre Contratante (órgão público) e Contratada (licitante) e a outra mediante Contrato Privado entre a Contratada (licitante) e a Rede Credenciada (prestadora dos serviços).

Em extenso estudo sobre o tema, o Desembargador Jessé Torres Pereira Junior e a Advogada Marines Restelatto Dotti, apresentam a seguinte conceituação do modelo de quarterização:

*Trata-se, nesse modelo, de a Administração Pública transferir a empresa privada especializada, vencedora de licitação, o gerenciamento de sua frota por meio de um sistema informatizado, cujo encargo principal é o de cuidar da manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, mão de obra e transporte por guincho. Manutenção e fornecimento esses a serem executados por meio de rede credenciada de oficinas localizadas em âmbito estadual, regional ou nacional, ou seja, a empresa especializada contratada pela Administração gerencia a prestação de serviços a serem executados por outras empresas. Há, portanto, duas ordens de relações jurídicas: a que se estabelece entre a Administração e a empresa gerenciadora e a que esta estabelecerá com as empresas executoras, em sistema de rede. (Revista do TCU 116 pág. 81)<sup>1</sup> (Grifo nosso)*

<sup>1</sup> <http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/294/339>

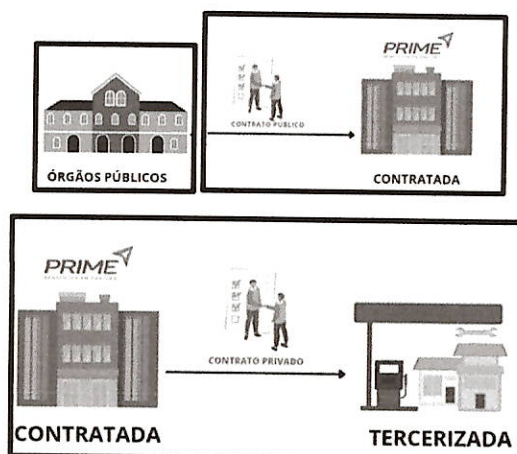
Nota-se que, o modelo anteriormente utilizado em todo território nacional era denominado de terceirização, ocorrendo a prestação do serviço por meio da empresa terceirizada, em favor da tomadora/contratante, veja:



**Imagem 01: Modelo de Terceirização**

Assim, após a finalização do serviço ocorria a emissão de duas Notas Fiscais, sendo a primeira da Terceirizada direcionada para a empresa Contratada, e a segunda da Contratada para o Órgão Contratante/Tomador incluindo todas as informações contábeis fiscais em uma única nota única.

Conforme mencionado o atual modelo utilizado pela Administração é o de quarteirização, existindo duas relações contratuais, a primeira entre a Contratada e o Órgão Público por meio do contrato administrativo, e a segunda entre a Contratada e a sua Rede Credenciada mediante o contrato privado, se dividindo da seguinte maneira:





**Imagem 02: Demonstração do serviço de quarteirização.**

Após a prestação dos serviços, o pagamento ocorrerá nos termos do edital e de acordo com o consumo naquele período, havendo o repasse do Órgão Público à Gerenciadora em razão do vínculo contratual, e o pagamento da Rede Credenciada será estipulado mediante as cláusulas acordadas no contrato privado, não havendo qualquer relação desta com o órgão público.

Noutras palavras, a empresa gestora é, também, uma intermediadora dos pagamentos pela prestação dos serviços. Como disposto no quadro acima, ela está no meio da relação que, por imposição contratual, sem a sua presença não existiria.

A atividade de gerenciamento da frota veicular tem como elemento marcante a **INTERMEDIACÃO**, ao invés da aquisição direta de mercadorias ou serviços, onde a Administração Pública contratante se utilizará da intermediação de uma Gerenciadora para:

- i. Gerenciar a prestação dos serviços de administração e gerenciamento de frota por meio de sistema informatizado;
- ii. Credenciar estabelecimentos para que realizem os serviços e/ou forneçam produtos, sendo as transações realizadas por meio de cartões;
- iii. Realizar o repasse dos valores aos estabelecimentos.

Além da prestação do serviço de gestão propriamente dita, trata-se da disponibilização de um meio de pagamento, o qual é colocado à disposição da Contratante para que essa adquira produtos e realize serviços, conforme sua necessidade.

Além disso, a Administração consegue zerar ou até mesmo obter desconto sobre os valores dos abastecimentos, o que gera uma grande economia aos cofres públicos,

pois, além de não pagar pelos serviços de gerenciamento (utilização do *software* via *web*), ainda obtém desconto sobre o valor dos abastecimentos.

Em suma, no fornecimento de combustíveis a granel a Administração irá pagar mais caro pelos combustíveis, bem como, por eventual sistema, e ainda, terá maiores gastos quando os veículos do Município precisarem se dirigir a outras localidades, o que trará prejuízos ao invés de benefícios a Administração Pública.

Mostra-se, portanto, que se o modelo adotado pela Administração for o de fornecimento direto de combustível, não atende os princípios da economicidade e da eficiência.

A Administração é regida por princípios fundamentais explícitos no art. 37 da Constituição Federal, *in verbis*:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). (Grifo nosso)*

Dentre os princípios supramencionados, cabe destacar o da eficiência que não é muito abordado atualmente. Eficiência significa, poder, capacidade de ser efetivo; efetividade, eficácia, agir com produtividade e competência. No âmbito da gestão pública é fundamental ser eficiente, pois os serviços públicos devem atender de maneira satisfatória a coletividade.

Quando se fala em eficiência na Administração Pública, significa que o gestor público deve gerir a coisa pública com efetividade, economicidade, transparência e moralidade visando cumprir as metas estabelecidas.

O insuperável mestre e professor Hely Lopes Meirelles fundamenta que o princípio da eficiência se caracteriza como “...o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”, e acrescenta que “...o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração.”

Este princípio não abrange apenas o servidor público, mas também a Administração Pública, que deve atentar para uma boa administração, tornando o aparelho estatal menos burocrático e mais atualizado aos padrões modernos, porém sem prejuízo da sociedade.

Destaca-se que empresas especializadas em intermediação costumam ter uma equipe multidisciplinar envolvida em todos os seus projetos. Naturalmente existe uma equipe envolvida no planejamento, várias outras envolvidas na execução e uma somente para supervisionar o trabalho e garantir a qualidade. Dependendo da complexidade do projeto e das necessidades da Contratante, o número de especialistas envolvidos pode ser maior. Possuir toda uma equipe de especialistas a sua disposição, traz muita segurança e agilidade para a resolução de qualquer imprevisto.

Nesse sentido, uma empresa cuja atividade principal é o gerenciamento possui expertise muito além de uma empresa cuja atividade se confunde com a distribuição de combustível à granel. Por essa razão, os sistemas, a equipe de apoio, os relatórios gerenciais, a extensão da rede de estabelecimentos credenciados e o custo-benefício acabam sendo muito maiores ao se priorizar a especialidade de cada empresa.

Logo, ao realizar a divisão do lote, mais empresas de gerenciamento podem participar da licitação, bem como mais empresas capazes de realizar o comodato de tanques e bombas podem realizar suas ofertas, sem que uma atividade prejudique o desempenho da outra.

Outrossim, as chances de a Administração obter mais e melhores propostas aumentam, revertendo em mais benefícios, menores custos e a prestação de um serviço mais qualificado e especializado. Não há dúvidas de que empresas especialistas em gerenciamento de frota são mais bem capacitadas para prestar esses serviços, possuindo maior agilidade na disponibilização do sistema, maior rapidez na resolução de problemas e na adaptação de ferramentas para atendimento ao cliente.

Portanto, entende-se que a melhor escolha, atualmente para esta Administração, seria optar pela **contratação de empresa para prestação de serviços de**

gerenciamento do abastecimento da frota através de Rede Credenciada (quarteirização), excluindo-se as exigências relacionadas a comodato de tanque e bomba, ponto de abastecimento e fornecimento de combustível.

---

**V - DO PEDIDO**

---

Por todo o exposto, requer se digne o I. Pregoeiro a **JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, a fim de proceder as seguintes alterações:

- i. Alterar as cláusulas do edital, a fim de constar que objetivo do certame é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota através da rede credenciada;
- i.2. Alternativamente, requer-se a divisão do lote em (i) gerenciamento de frota através da rede credenciada e (ii) comodato de tanque e bomba, ponto de abastecimento e fornecimento de combustível ("kit de abastecimento");
- ii. Republicar os termos do edital, reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei.

Termos em que pede deferimento

Santana de Parnaíba/SP, 06 de agosto de 2024.

**NOELY FERNANDA  
RODRIGUES**

Assinado de forma digital por  
NOELY FERNANDA RODRIGUES  
Dados: 2024.08.06 15:27:37  
-03'00'

---

**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

Noely Fernanda Rodrigues – OAB/SP 424.662

## OUTORGANTE:

**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, estabelecida na Rua Calçada Canopo, n.º 11, 2º andar, Sala 03 – Centro Apoio, Bairro de Alphaville, na cidade de Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06502-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.340.639/0001-30, inscrição estadual sob o nº 623.051.405.115 e inscrição municipal sob o nº 72270; e suas filiais, neste ato representada pelo seu sócio proprietário, o Sr. **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 20.907.947-2 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 186.425.208-17.

## OUTORGADOS:

**RENATO LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 406.595-B e no CPF/MF sob o nº 289.028.248-10, **MATEUS CAFUNDÓ ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 395.031 e no CPF/MF sob o nº 418.091.798-07, **ROBERTO DOMINGUES ALVES**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 453.639 e no CPF/MF sob o nº 386.276.858-94, **RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 442.216 e no CPF/MF sob o nº 144.232.187-39, **VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 450.936 e no CPF/MF sob o nº 447.970.818-99, **RENNER SILVA MULIA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 471.087 e no CPF/MF sob o nº 094.189.326-01, **YAN ELIAS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 478.626 e no CPF/MF sob o nº 352.379.998-83, **RODOLFO ARAÚJO FERNANDES**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 453.640 e no CPF/MF sob o nº 447.598.778-43, **OTHON WEBER BARAGÃO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 484.365 e no CPF/MF sob o nº 446.476.848-22, **JOÃO PAULO CORRÊA CARVALHO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/MG sob o nº 219.384 e no CPF/MF sob o nº 132.539.116-67 e **EMANUELLE FRASSON DA SILVA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 480.843 e no CPF/MF sob o nº 470.329.788-43, todos estabelecidos na Rua Açu, n.º 47, Loteamento Alphaville Empresarial, Campinas/SP - CEP: 13.098-335.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração e na melhor forma de direito, a Outorgante confere aos Outorgados, amplos poderes para o foro em geral à defesa de seus direitos e interesses, com as cláusulas “ad judicium et extra”, podendo agir em qualquer esfera, juízo, instância ou tribunal, para propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para praticar todos os atos processuais, exceto o de receber citação, sendo-lhe permitido confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromissos e/ou acordos, agir em conjunto ou separadamente, e podendo ainda, substabelecer a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Santana de Parnaíba/SP, 05 de abril de 2023

**PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.**  
**João Marcio Oliveira Ferreira – Sócio Proprietário**  
RG n.º 20.907.947-2 – CPF/MF nº 186.425.208-17

## 1º TABELIÃO DE NOTAS DE CAMPINAS

Av. Dr. Jessé Marcondes Machado, nº 169 - Nova Campinas  
Campinas - SP - Cep: 13092-108 - Fone: (19) 3737-3737

Reconheço a semelhança da firma com valor econômico de JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA (Ficha 921545)

Dou fe. Em testemunho da verdade Custas R\$ 12,42  
Campinas-SP 11/04/2023

Pamela Marissa Deodato Andreotti - Esprevente  
Vendo com o(s) selo(s):

111104  
PRIME  
VALOR ECONÔMICO I  
C10195AB0137504



JUCESP PROTOCOLO  
2.336.397/19-5



247

Processo Nº	21.433/24
Rubrica	g
Fls.	14

## INSTRUMENTO PARTICULAR \_ ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATO SOCIAL

**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

NIRE 35224557865

CNPJ/MF 05.340.639/0001-30

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

**RODRIGO MANTOVANI**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, natural de Ribeirão Preto/SP, nascido em 25.03.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.103.621 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 159.882.778-29, residente e domiciliado na cidade de Campinas/SP, sito à Rua João Lopes Vieira, nº 81 – Ap. 44 - Res Vila Bella Dom Pedro - CEP 13.087-734; e

**JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Brodosqui/SP, nascido em 19.06.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.907.947-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 186.425.208-17, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua das Abelias, nº 1414, Condomínio Alphaville Dom Pedro, CEP 13097-173,

Na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade empresária de responsabilidade limitada **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, estabelecida na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Calçada Canopo, nº 11, 2º Andar, Sala 3, Bairro Alphaville - Centro Apoio II, CEP 06.541-078, inscrita no CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35224557865, em sessão de 10.08.2010 ("Sociedade"), têm entre si, justo e contratado, alterar e consolidar o Contrato Social que se regerá de acordo com os seguintes termos e condições:

**ALTERAÇÕES** - Os sócios decidem, por unanimidade efetuar, aumento do capital social, na seguinte composição;

Como resultado da deliberação acima a cláusula 4ª passa a vigorar com a seguinte redação

Alteração Contratual da sociedade **PRIME ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

BT - 983342v4

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-1  
Data: 19/04/2021 09:06:33  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53879-SIEU;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>

#### “Cláusula 4ª – DO CAPITAL SOCIAL”

Os sócios deliberaram aumento do capital social na ordem de R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), passando assim a totalizar capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com adequação e formação de 10.000.000 (dez milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00(um real) cada, na seguinte forma:

- RODRIGO MANTOVANI** – possui 5.000.000,00 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA** – possui 5.000.000,00 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

**Parágrafo Primeiro:** De acordo com o art. 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Parágrafo Segundo:** As quotas sociais, referente ao aumento de capital no valor de R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), passando assim a totalizar capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com adequação e formação de 10.000.000 (dez milhões) quotas, no valor de R\$ 1,00(um real) cada, na seguinte forma:

NOME	QUOTAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO
RODRIGO MANTOVANI	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%
JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%

**Parágrafo Terceiro:** Fica vedado aos sócios caucionar ou comprometer de qualquer forma suas quotas de capital, parcial ou integralmente.

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por **DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR**, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

**Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-2**  
Data: 19/04/2021 09:06:33  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53880-XZAK;



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular



TJPB

11/04/2021 09:06:33  
11/04/2021 09:06:33

**Parágrafo Quarto:** Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Sociedade; (ii) não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Sociedade, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Sociedade; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Sociedade; e (iv) não compõem o ativo da Sociedade, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

Por fim, informam os sócios que todas as demais Cláusulas do Contrato Social, que não foram objeto de alteração no presente instrumento, permanecem inalteradas quanto ao seu conteúdo. Decidem, por fim, consolidar o Contrato Social da Sociedade.

**"CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.  
"CONSOLIDAÇÃO"**

**Cláusula 1ª – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

A Sociedade empresária limitada girará sob a denominação social de **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.** e terá sua sede social na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Calçada Canopo, nº 11, 2º Andar, Sala 3, Bairro Alphaville – Centro Apoio II, CEP 06.541-078.

- **Filial 01** – Rua Açú, nº 47, Térreo e 1º Pavimento - Sala A, Loteamento Alphaville Campinas, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13098-335, inscrita no CNPJ/MF 05.340.639/0002-10, sob o NIRE 35904344818, com número de arquivamento doc. 295.594/14-7, em sessão de 05/09/2014.

**Cláusula 2ª** – A Sociedade poderá abrir e extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios mediante alteração contratual ou associar-se a outras sociedades.

**Cláusula 3ª – DO OBJETIVO SOCIAL DA SOCIEDADE**

A Sociedade tem por objetivo social as seguintes atividades:

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4

3

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-3  
Data: 19/04/2021 09:06:33  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53881-EOEW;

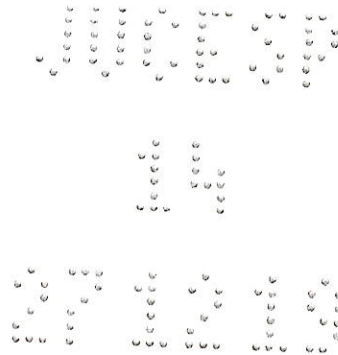


**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular



TJPB



- a. Assessoria e Consultoria em gestão empresarial – CNAE 70.20/4-00;
  - b. Emissão de vale refeição, vale alimentação, vale transporte e vale combustível – CNAE 82.99/7-02;
  - c. Comércio Varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores – CNAE 45.30/7-03;
  - d. Intermediação comercial na venda de combustíveis, produtos alimentícios, móveis e equipamentos eletrônicos – CNAE 46.19/2-00;
  - e. Incorporação de empreendimentos imobiliários – CNAE 41.10/7-00;
  - f. Participação em outras sociedades empresariais – CNAE 64.63/8-00;
  - g. Comércio Varejista de equipamentos e suprimentos de informática – CNAE 47.51/2-01;
  - h. Aluguel de máquinas e equipamentos de escritório – CNAE 77.33/1-00;
  - i. Prestação de Serviços de intermediação e Agenciamento de Serviços Negócios em Geral – CNAE 7490/1-04;
  - j. Gerenciamento de frotas e gerenciamento de abastecimento de veículos automotores – CNAE 82.99/7-99;
  - k. Serviço de cessão de direito de uso de software customizável – CNAE 62.02/3-00.
- l. Arranjo de pagamento de compra e transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, nos termos dos artigos 8º ao 10, do Regulamento Anexo à Circular 3.682/2016, do Banco Central do Brasil. Integram a atividade de arranjo de pagamento, (i) a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; e (ii) a emissão de instrumento de pagamento e administração de cartões de crédito, débito, convênio e serviços, de emissão própria ou emitidos por terceiros – CNAE 62.04-0/00.

**Parágrafo Único:** A Sociedade explora atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária nos termos do artigo 966 caput e parágrafo único e artigo 982 do Código Civil.

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4

4

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-4  
Data: 19/04/2021 09:06:33  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53882-EHXG;



Cartório Azevedo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular



TJPB

#### Cláusula 4ª – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), representados por 10.000.000 (dez milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

- c) **RODRIGO MANTOVANI** – possui 5.000.000 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- d) **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA** – possui 5.000.000 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

**Parágrafo Primeiro:** De acordo com o art. 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Parágrafo Segundo:** As quotas sociais, referente ao aumento de capital no valor de R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), passando assim a totalizar capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais, com adequação e formação de 10.000.000 (dez milhões) quotas, no valor de R\$ 1,00(um real) cada, na seguinte forma:

NOME	QUOTAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO
RODRIGO MANTOVANI	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%
JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%

**Parágrafo Terceiro:** Fica vedado aos sócios caucionar ou comprometer de qualquer forma suas quotas de capital, parcial ou integralmente.

**Parágrafo Quarto:** Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Sociedade; (ii) não

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4

5

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-5  
Data: 19/04/2021 09:06:33  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53883-TXPW;

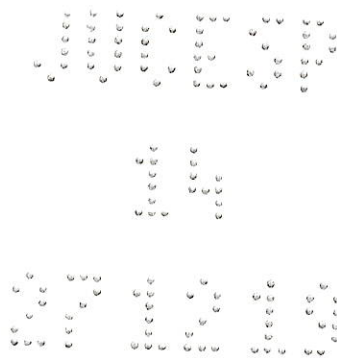


**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB





Processo Nº	21.439/24
Rubrica	Fls: 19

respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Sociedade, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Sociedade; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Sociedade; e (iv) não compõem o ativo da Sociedade, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

#### Cláusula 5ª – DO PRAZO

A Sociedade tem sua duração por tempo indeterminado, considerando-se o seu início em 03 de julho de 2002.

#### Cláusula 6ª – DA ADMINISTRAÇÃO, GERÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade será administrada pelos sócios (i) **RODRIGO MANTOVANI**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, natural de Ribeirão Preto/SP, nascido em 25.03.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.103.621 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 159.882.778-29, residente e domiciliado na cidade de Jaguariúna / SP, sito à Rua Oito, nº 1815 – Cond. Fazenda Duas Marias, CEP 13.916-432, que será investido do cargo de “Diretor A”; e (ii) **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Brodosqui/SP, nascido em 19.06.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.907.947-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 186.425.208-17, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua das Abelias, nº 1414, Condomínio Alphaville Dom Pedro, CEP 13097-173, que será investido do cargo de “Diretor B”. Competirá a ambos administrar livremente a Sociedade, praticando com plenos e ilimitados poderes de gestão os atos necessários ao bom andamento de seus negócios e a realização de seus objetivos, podendo representar a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, nomear procuradores “ad judicium” e “ad negotia”, assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da Sociedade, abrir e encerrar contas bancárias em bancos públicos ou privados, efetivar saques e movimentação bancária, assinar, enfim, todos os papéis de interesse da Sociedade, isoladamente ou em conjunto com o outro Diretor.

**Parágrafo Primeiro:** Compete especificamente ao “Diretor A”, sem prejuízo dos poderes descritos no caput desta cláusula, o gerenciamento das operações sujeitas aos riscos em geral, exceto pela realização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

**Parágrafo Segundo:** Compete especificamente ao “Diretor B”, sem prejuízo dos poderes descritos no caput desta cláusula, a responsabilidade pelo cumprimento das normas relativas à conta de pagamento, pela administração de recursos de terceiros e pela realização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

Alteração Contratual da sociedade *PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.*

BT - 983342v4

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-6  
Data: 19/04/2021 09:06:33  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53884-PHE3;



Cartório Azevedo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Váber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular



TJPB

**Parágrafo Terceiro:** Os diretores, no exercício de suas funções, quando nomearem procuradores “ad judícia”, devem especificar claramente o mandato do procurador, da mesma forma procedendo com relação aos procuradores “ad negotia”.

**Parágrafo Quarto:** Fica vedado aos diretores o uso do nome Sociedade em avais, fianças, aceites e endossos de mero favor e de outros documentos estranhos ao objetivo social, sob pena de serem considerados nulos de pleno direito à responsabilidade social.

**Parágrafo Quinto:** O contrato poderá ser reformado no tocante à administração, por consenso dos sócios.

**Parágrafo Sexto:** Os diretores farão jus, individualmente, a uma retirada mensal a título de “pró-labore”, que será determinada de comum acordo entre os sócios, dentro das possibilidades financeiras da Sociedade.

#### Cláusula 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE

As políticas e procedimentos internos da Sociedade para controle e prevenção dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão ser aprovadas pela Diretoria da Sociedade e observarão as seguintes diretrizes: (i) elaborar um manual interno das políticas e procedimentos indicando as responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; (ii) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes; (iii) definir os critérios e procedimentos para seleção, treinamento e acompanhamento da situação econômico-financeira dos empregados da Sociedade; (iv) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção dos mencionados crimes; e (v) receber ampla divulgação interna.

**Parágrafo primeiro:** Os procedimentos internos devem incluir medidas prévia e expressamente estabelecidas que permitam confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os beneficiários finais das operações e possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas.

**Parágrafo segundo:** A Sociedade deve observar política de governança, aprovada pela Diretoria, que aborde os aspectos relativos ao gerenciamento de riscos, gestão de patrimônio e à preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas.

**Parágrafo terceiro:** A política de governança da Sociedade deve ser adequadamente documentada e submetida a revisões anuais, com a documentação mantida à disposição do Banco Central do Brasil; definir atribuições e responsabilidades; e garantir a independência das atividades de gerenciamento de riscos, inclusive mediante segregação entre a área operacional e a de gestão de risco.”

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4

*[Handwritten signature]*  
7

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-7  
Data: 19/04/2021 09:06:34  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53885-QMWM;



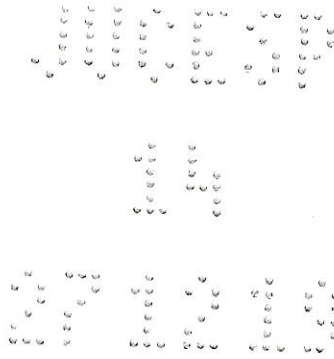
CNS: 06.870-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

*[Handwritten signature]*  
Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB





#### Cláusula 8ª – DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS

Anualmente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, a Sociedade reunir-se-á na sede social, em dia e hora previamente anunciados, a fim de submeter aos sócios as contas da administração, cabendo-lhes a aprovação do Balanço Patrimonial, demais demonstrativos contábeis do exercício findo e destinação dos resultados do exercício.

**Cláusula 9ª** – A Reunião de Sócios torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto dela bastando, no caso do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis, a assinatura de todos os sócios para considerar as contas do exercício, dispensando-se, neste caso, as formalidades das reuniões.

#### Cláusula 10ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINO DOS RESULTADOS

O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado um Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do exercício e demais demonstrações contábeis previstas na legislação. Após as deduções de Lei, os lucros líquidos apurados ou prejuízos verificados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção em que por eles se deliberar na reunião de Sócios podendo, em caso de lucros, serem incorporados ao capital por deliberação dos sócios.

**Cláusula 11ª** – Respeitados sempre os interesses maiores da Sociedade, a reunião de sócios poderá deliberar por levantar demonstrações contábeis intermediárias ou periódicas e, assim como no encerramento dos exercícios sociais, deliberar pela distribuição de lucros ou prejuízos em proporção diferente das quotas sociais possuídas por cada um dos sócios.

#### Cláusula 12ª – DAS QUOTAS SOCIAIS, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

Se um dos sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá comunicar essa intenção ao outro sócio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, que em igualdade de condições, terá preferência na aquisição das quotas de capital do sócio retirante.

#### Cláusula 13ª – DO FALECIMENTO OU IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

No caso de falecimento ou impedimento do sócio não administrador, a Sociedade não se dissolverá, continuando o seu negócio com o sócio administrador, o cônjuge e os herdeiros do falecido ou impedido. Não

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4

8

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 09:13:43 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>

havendo acordo nesse sentido, os haveres do sócio falecido ou impedido serão apurados em balanço especialmente levantados na ocasião e serão pagos aos seus herdeiros da forma que se combinar entre as partes, sempre levando em consideração os interesses sociais. Porém, a Sociedade se dissolverá no caso de falecimento ou impedimento do sócio administrador e o prazo de pagamento dos seus haveres não poderá ultrapassar o prazo de dois anos.

#### Cláusula 14ª – DA RESOLUÇÃO E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser dissolvida, desde que haja acordo entre os quotistas ou por disposição da lei. Depois de pagas as dívidas porventura existentes, o saldo será rateado entre os sócios na proporção de suas quotas.

#### Cláusula 15ª – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E FORO

Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### Cláusula 16ª – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Aos casos omissos deste contrato social, aplicar-se-ão as disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e subsidiariamente o disposto na Lei 6.404/76.

Cláusula 17ª – Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, nos termos do Artigo 1.011, § 1º, da Lei nº 10.406/2002, bem como, não se acha incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.”

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-9  
Data: 19/04/2021 09:06:34  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53887-E2LQ;



Cartório Azevedo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Baixo dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular



E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Contrato Social de Constituição em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os devidos fins e efeitos de direito. Santana de Parnaíba/SP, 17 de dezembro de 2019.

**Sócios:**

**RODRIGO MANTOVANI**  
RG nº 20.103.621/SSP/SP  
CPF/MF - 159.882.778-29

**JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**  
RG nº 20.907.947-2 SSP/SP  
CPF/MF - 186.425.208-17

**Diretores:**

**RODRIGO MANTOVANI**  
RG nº 20.103.621/SSP/SP  
CPF/MF - 159.882.778-29

**JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**  
RG nº 20.907.947-2 SSP/SP  
CPF/MF - 186.425.208-17

**Testemunhas:**

**DAYANNE FREIRE DE ARAUJO**  
CPF 391.060.978-39  
RG 38.964.686-6 SSP/SP

**BRUNA FERNANDA SOUZA POSTALE**  
CPF 456.820.728-20  
RG 40.764.376-X - SSP/SP

Alteração Cor  
BT - 983342v4



10



CARTÓRIO

**Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-10**  
Data: 19/04/2021 09:06:34  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ53888-582E;




**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>


Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB






REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO



VALIDO



VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2225518718

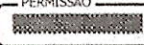
NOME  
JOAO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA


DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
20907947 SSP/SP

CPF  
186.425.208-17

DATA NASCIMENTO  
19/06/1972

FILIAÇÃO  
JOAO BOSCO VIOLIN  
FERREIRA  
MARIA JOSE GOMES DE  
OLIVEIRA FERREIRA

PERMISSÃO  


ACC  


CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
01849004756

VALIDADE  
07/06/2031

1ª HABILITAÇÃO  
21/08/1990

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
CAMPINAS, SP

DATA EMISSÃO  
08/07/2021

Ernesto Mascellani Neto Diretor Presidente do Detran-SP  
Assinatura Eletrônica  
ASSINATURA DO EMISSOR

59194716178  
SP005529404

SÃO PAULO

PROIBIDO PLASTIFICAR  
2225518718

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 06600072

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.200/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



COLEÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
RENATO LOPES

FILIAÇÃO  
JOSE LOPES  
ANA MARIA ANGIOLI

NATURALIDADE  
SÃO PAULO-SP

RG  
32.775.118-X - SSP-SP

DATA DE NASCIMENTO  
17/06/1977

CNPJ  
240.021.244-10

DATA DE EXPIRAÇÃO  
01/10/04/2018

DATA DE CRIAÇÃO DA ENTIDADE  
SIM

MARCELO DA COSTA  
PRESIDENTE

405555

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13994502

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n° 8.966/94)




ASSINATURA DO PORTADOR

*Mateus Cafundo Almeida*

OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 395031

NOME  
MATEUS CAFUNDO ALMEIDA

FILIAÇÃO  
GELSON ANTONIO DE ALMEIDA  
JUDITH MARIA CAFUNDO

NATURALIDADE  
BURI-SP

RS  
48.828.463-7 - SSPSP

DOADOR DE ÓRGÃO E TECIDOS  
NÃO

DATA DE NASCIMENTO  
28/05/1993

CPF  
418.091.798-07

VIA EXPEDIDO EM  
01 23/05/2017

MARCOS DA COSTA  
PRESIDENTE

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16518152

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n° 8.966/94)




ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
ROBERTO DOMINGUES ALVES

INSCRIÇÃO:  
453639

FILIAÇÃO  
ROBERTO DE FREITAS ALVES  
APARECIDA DO CARMO DE OLIVEIRA DOMINGUES

NATURALIDADE  
SÃO ROQUE-SP

DATA DE NASCIMENTO  
01/08/1993

RG  
49.257.409-1 - SSP SP

CPF  
386.276.858-94

VIA  
01

EXPEDIDO EM  
02/03/2021

GAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS  
PRESIDENTE

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16082080

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

*Rayza Figueiredo Monteiro*

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADA

INSCRIÇÃO 442216

NOME  
RAYZA FIGUEIREDO MONTEIRO

FILIAÇÃO  
CELIO MONTEIRO HONORATO  
MARIA LUISA FIGUEIREDO MONTEIRO

NATURALIDADE  
VILA VELHA - ES

DATA DE NASCIMENTO  
13/03/1994

RG  
3.240.849-ES - PC ES

CPF  
144.232.187-39

EXPEDIDO EM  
29/06/2022

*Maria Patricia Vanzolini Figueiredo*

MARIA PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO  
PRESIDENTE



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16421851

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n° 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
VINICIUS EDUARDO BALDAN NEGRO

FILIAÇÃO  
CARLOS EDUARDO ALVARENGA NEGRO  
PATRICIA BALDAN ALVARENGA NEGRO

NATURALIDADE  
SÃO CARLOS-SP

DATA DE NASCIMENTO  
27/07/1994

CPF  
447.970.818-99

RG  
342008882 - SSPSP

VIA  
01

EXPEDIDO EM  
14/11/2020

CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS  
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO  
450936

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 17180726

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.988/94)




ASSINATURA DO PORTADOR

*Renner S. Mulia*

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO 471087

NOME  
**RENNER SILVA MULIA**

FILIAÇÃO  
**MARCELLO FRANCO MULIA**  
**ROSA APARECIDA SILVA MULIA**

NATURALIDADE  
**PASSOS - MG**

DATA DE NASCIMENTO  
**13/11/1998**

RG  
**MG-17.779.464 - SSP MG**

CPF  
**094.189.326-01**

EXPEDIDO EM  
**11/07/2022**

*Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo*

MARIA PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO  
PRESIDENTE





TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 16518250

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n° 8.966/94)



ASSINATURA DO PORTADOR  
*Rodolfo A. Fernandes*

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
RODOLFO ARAÚJO FERNANDES

FILIAÇÃO  
FERNANDO DE OLIVEIRA FERNANDES  
GISELA ARAÚJO FERNANDES

NATURALIDADE  
CAMPINAS-SP

DATA DE NASCIMENTO  
10/11/1995

RG  
38.095.753-X - SSP SP

CPF  
447.598.778-43

VIA  
01

EXPEDIDO EM  
02/03/2021

GAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS  
PRESIDENTE

453640

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 17755537

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n° 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

*Othon Welber Baragão*

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO  
484365

NOME  
**OTHON WELBER BARAGÃO**

FILIAÇÃO  
**VALDECI MARCELO BARAGÃO  
MARLY CARVALHO BARAGÃO**

NATURALIDADE  
**SALTO - SP**

RG  
**43.940.145-8 - SSP SP**

DATA DE NASCIMENTO  
**17/10/1997**

CPF  
**446.476.848-22**

EXPEDIDO EM  
**13/04/2023**

*Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo*

MARIA PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO  
PRESIDENTE




TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 17637900

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei n° 8.996/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



 **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
**JOAO PAULO CORREA CARVALHO**

FILIAÇÃO  
**HELVIO ANTONIO DE CARVALHO**  
**LUCIENE DE FATIMA CORREA CARVALHO**

INSCRIÇÃO  
**219384**

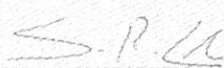
NATURALIDADE  
**GUAXUPE - MG**

DATA DE NASCIMENTO  
**23/11/1998**

RG  
**MG-20.150.408 - PC/MG**

CPF  
**132.539.116-67**

EXPEDIDO EM  
**13/04/2023**



**SERGIO RODRIGUES LEONARDO**  
PRESIDENTE





## SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **com reserva de iguais**, ao advogado **NOELY FERNANDA RODRIGUES**, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrito na OAB/SP nº 424.662, inscrito no CPF sob nº 387.531.478-63, com endereço profissional à Rua Calçada Canopo, nº 11 – Sala 03 – Alphaville Empresarial - Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06.541-078, os poderes que me foram outorgados pela empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF 05.340.639/0001-30, com sede na Rua Calçada Canopo, nº 11 – Sala 03 – Alphaville Empresarial - Santana do Parnaíba/SP – CEP: 06.541-078.

Santana de Parnaíba, 12 de setembro de 2023.

EMANUELLE FRASSON DA SILVA Assinado de forma digital por  
EMANUELLE FRASSON DA SILVA  
Dados: 2023.09.12 12:34:44 -03'00'

Emanuelle Frasson

OAB/SP nº 480.843

Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024**

Processo Licitatório nº: 13.462/2024

Processo de Impugnação nº: 21.439/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (ano).

IMPUGNANTE: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.093/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese, alega a impugnante que a melhor escolha atualmente para esta Administração seria optar pela contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento da frota através de Rede Credenciada (quarteirização), excluindo-se as exigências relacionadas a comodato de tanque e bomba, ponto de abastecimento e fornecimento de combustível.

**III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

Pelo exposto requer que o I. Pregoeiro julgue PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO, a fim de proceder as seguintes alterações:

- 1) Alterar as cláusulas do edital, a fim de constar que o objetivo do certame é a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota através da rede credenciada;*
- 2) Alternativamente, requer-se a divisão do lote em (i) gerenciamento de frota através da rede credenciada e (ii) comodato de tanque e bomba, ponto de abastecimento e fornecimento de combustível ("kit de abastecimento");
- 3) Republicar os termos do edital, reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei.

Comissão de Pregão I


**IV. DO MÉRITO**

Oportuno trazer à baila que a referida empresa já interpôs pedidos de impugnações similares nos anos de 2021, 2022 e 2023, buscando a alteração do objeto com o fito de adequar a licitação à sua prestação de serviços, desconsiderando os princípios do interesse público, eficácia, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade e principalmente economicidade.

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 12/08/2024 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 07 de agosto de 2024.



**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934

Abastecimentos Por Veículo

Parâmetros de Filtro

Posto: Frota: 5279 Status do Veículo: Abastecimentos Parciais: Sim  
Tipo de Identificador: Veículo: 565656 Motorista: Período: 1/7/2024 - 31/7/2024  
Tipo do Relatório: Analítico Quebrar por Sub-Frota: Não Ordenação: Placa 23:59:00

ID	Cod ID	Placa	CodVeic	Modelo	Nº. de Frota		Comb	Cons. Min.	Cons. Max.								
UVE MOTORISTA	447	LMQ1B71	565656	GOL			GC/AC	3	5								
Data/Hora	Posto	Fantasia	Matr.Mot	Apelido	Odo/Hor	Dist	Bomba	Comb	Vol	Valor/L	Valor	Média Km/L	Média R \$/Km	Débito	St	Hor	Hor Dif
09/07/24 09:17	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			177.079	306	5	GC	25,68	6,244	160,35	11,92	0,52	09/07/24	M		
15/07/24 10:41	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			177.341	262	5	GC	22,02	6,244	137,49	11,90	0,52	15/07/24	M		
22/07/24 08:25	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			177.515	174	5	GC	14,24	6,244	88,91	12,22	0,51	22/07/24	M		
25/07/24 13:57	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			177.595	80	5	GC	7,34	6,244	45,83	10,90	0,57	25/07/24	M		
26/07/24 13:25	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			177.999	404	5	GC	17,04	6,244	106,40	23,71	0,26	26/07/24	M		
29/07/24 08:04	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			178.520	521	5	GC	29,57	6,244	184,64	17,62	0,35	29/07/24	M		
31/07/24 09:57	3411	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO			178.984	464	5	GC	28,10	6,244	175,46	16,51	0,38	31/07/24	M		
* Σ Km p/ Média		* Σ Volume p/ Média		* Σ Valor p/ Média	Total Dist/Tempo	Volume Total	Total Valor	*Média Valor/Km					* Média Km/L				Média Km/L

0,00 0,00 0,00 2211 143,99 899,08 0,00 15,36

GASOLINA

**Total Geral da Frota: 5279 - PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO**

Nº Sub-Frotas	Qtd Postos	Qtd Registros	Qtd Veículos	Total Dist/Tempo	Vol	Valor	%Combustível	Total R\$
1	1	7	1	2.211	143,99	899,08	100,00%	899,08
GASOLINA	1	7	1	2.211	143,99	899,08		

**Legenda**

Bandeira	Frota	Fantasia	Banco	Agencia	Conta
REDE SOL	005279	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO	DBTRANS	00001-0	0000000001-0

**Combustível**

GC - Gasolina Comum	AC - Álcool Comum	DC - Diesel Comum	D5 - Diesel S50
GA - Gasolina Aditivada	AA - Álcool Aditivado	DA - Diesel Aditivado	SA - Diesel S10 Aditivado
GP - Gasolina Premium	FX - Flex	D1 - Diesel S10	GNV - Gás Natural Veicular
AR - ARLA			

**Tipo do Abastecimento**

A - Auditado	C - Contingência	E - Abastecimento Fora da Rede	c  - Cartão	t  - Tag Sem Parar	p  - CTFPAY
--------------	------------------	--------------------------------	-------------	--------------------	-------------

**Status do Abastecimento**

F - Sem Odômetro Anterior ou Odômetro Anterior Inválido	Z - Odômetro Zerado
K - Odômetro Parado	L - Odômetro Menor que o Abastecimento Anterior
P - Abastecimento Parcial	T - Capacidade de Tanque Excedida
M - Média Maior que a Cadastrada para o Veículo	m - Média Menor que a Cadastrada para o Veículo
a - Percentual Abastecimento Arla x Diesel	

**Obs Médias (\*) - Não são considerados para consolidar a média os registros com Status de Odometro, Abastecimentos em Contingência e Auditoria**



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 21439/24

PLS 42

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 08 de agosto de 2024

Para: Procuradoria Geral  
A/C: Ilm. Sr. João Figueiró - MD. Procurador Geral do Município

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, de acordo com solicitação feita pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSOSSORIA EMPRESARIAL LTDA, insta esclarecer o que segue:

Importante frisar, que o modelo proposto pela empresa impugnante, diverge e muito do que a municipalidade pretende contratar através da presente licitação, vez que, no modelo apresentado, a impugnante sugere uma DESCENTRALIZAÇÃO do abastecimento da frota, sendo ela a intermediadora, entre o posto de combustível e a municipalidade.

No modelo proposto, a municipalidade, s.m.j., só poderá abastecer em postos conveniados pela impugnante, o que poderá acarretar em diversas consequências que poderão ferir os princípios da economicidade e eficiência, vejamos:

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP					
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA					
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS					
RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA					
INTERVALO DE TEMPO: MENSAL					
PERÍODO: JANEIRO DE 2022 EM DIANTE					
COMBUSTÍVEL: TODOS					
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO					
Obs: A partir de maio/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com					
Atualmente, o produto 'óleo diesel' se refere ao óleo diesel B S500 comum.					
MÊS	PRODUTO	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PREÇO MÉDIO REVENDA
mai/24	OLEO DIESEL S10	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	NOVA FRIBURGO	5,95



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA  
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

RELATÓRIO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

INTERVALO DE TEMPO: MENSAL  
PERÍODO: JANEIRO DE 2022 EM DIANTE  
COMBUSTÍVEL: TODOS  
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIO

Obs: A partir de maio/22, os preços por litro de todos os combustíveis automotivos comercializados deverão ser expressos com Atualmente, o produto 'óleo diesel' se refere ao óleo diesel B S500 comum.

MÊS	PRODUTO	REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	PREÇO MÉDIO REVENDA
mai/24	GASOLINA COMUM	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	NOVA FRIBURGO	6,02

A planilha acima, demonstra o valor médio segundo dados da TABELA ANP praticados no município de Nova Friburgo disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>)

No modelo de contratação atual, o município paga atualmente, R\$ 5,8093 para o combustível GASOLINA COMUM, e R\$ 5,7420 para o combustível DIESEL S10, frisa-se combustível vindo diretamente da REDUC, conferindo uma segurança na qualidade do produto adquirido, diminuindo potencialmente o risco de manutenção dos veículos, por conta de abastecimento de procedência duvidosa.

Para efeitos de comparativos, abaixo segue foto dos preços praticados por posto de bandeira PETROBRÁS, localizado à Av. Euterpe Friburguense, n. 151 - Centro, Nova Friburgo (ao lado do Forum), no dia 15/08/2023:

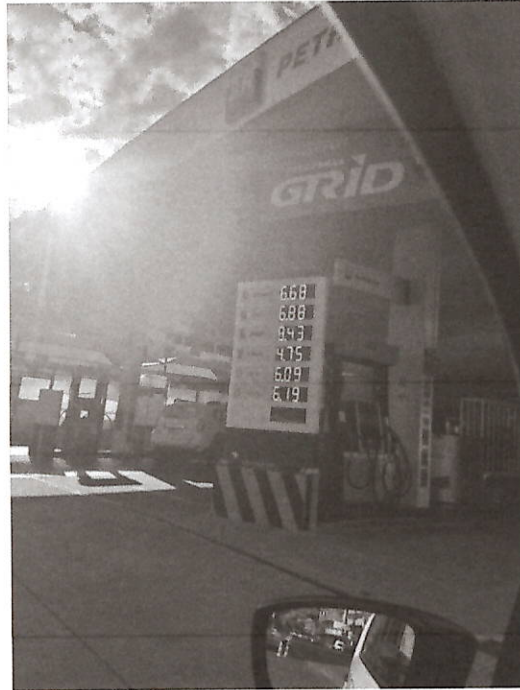


**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

FLS 44

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados



Os valores praticados são de R\$ 6,68 para Gasolina Comum e 6,09 para Diesel S10, ou seja uma diferença de R\$ 0,8707 para Gasolina e R\$ 0,348 para Diesel S10 por litro, logo, não há discussão quanto a vantajosidade do atual contrato, que ainda oferta o sistema de controle de abastecimento de frotas, que a impugnante alega ser *"impossível que seja contratado"*, bem como o sistema de monitoramento eletrônico em tempo real do quantitativo de combustível estocado em cada um dos tanques aéreos, bem como toda a manutenção do posto, bombas etc, por conta da atual contratada.

Cumpra esclarecer, que a presente contratação visa o abastecimento da Frota Municipal de Veículos, através de POSTO INTERNO, com a cessão de dois Tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s10 com capacidade 15.000 LTs cada, além de todos os instrumentos necessários ao abastecimento, como Bombas etc.

Portanto, fica evidente que o modelo apresentado pela impugnante, s.m.j., trata-se de um modelo DESCENTRALIZADO, em uma rede de postos de abastecimento credenciados pela impugnante, o que diverge do objeto do presente edital.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

### Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

O modelo de aquisição atual, traz inúmeras vantagens a administração pública, dentre elas, a aquisição de combustível de melhor qualidade, vez que, podemos comprar diretamente dos distribuidores, evitando que o combustível seja adulterado, reduzindo assim, a possibilidade de manutenções e deterioração precoce da frota.

Importante informar, que o município dispõe de inúmeros veículos agrícolas, tratores e máquinas diversas, em regiões remotas e de difícil acesso, onde sequer há postos de combustíveis próximos, e s.m.j., dificilmente credenciados a modalidade de abastecimento. Tais veículos são abastecidos através de um caminhão tanque, pertencente a frota do município, com capacidade 5.000 litros, que ao ser abastecido em nossa unidade CENTRALIZADA, abastece os equipamentos localizados na área rural, sendo este outro motivo que nos leva a ter um posto INTERNO CENTRALIZADO, tendo em vista que em muitas vezes, dificilmente um posto menor, DESCENTRALIZADO, teria quantitativo disponível para suprir uma demanda imediata de 5.000 litros de combustível.

1. A impugnante alega que *"é impossível que seja contratado sistema único que tenha todos os módulos integrados (gerenciamento e aquisição direta de combustível, por exemplo), dessa forma, a maneira correta seria fornecer uma licitação diferente para cada sistema"*.

Claramente, a impugnante demonstra desconhecimento sobre todas as soluções ofertadas no mercado de distribuição de combustível, ademais, a mesma sugere uma mudança no objeto de contratação, levando a administração a se moldar a sua forma de negócio, quando na verdade a jurisprudência, diz que é o licitante que deve se adequar as necessidades da administração pública, conforme parecer do TCE/PR:

*"Fundamental esclarecer, que o tratamento isonômico a que se presta a licitação tem por objetivo **assegurar a proposta mais adequada, com maior vantajosidade à Administração, e por***



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

**consequência, à coletividade, e não atender a interesses  
particulares de um ou outro licitante.** (grifo nosso)"

[<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2016/3/pdf/00290344.pdf>  
f.]

Anexamos aos autos, relatório de abastecimento mensal do veículo GOL, PLACA LMQ 1B71, nele é possível ter acesso a todos os dados que a impugnante alega ser "*impossível que seja contratado*", sendo esse tipo de sistema, fornecido pela atual contratada, sendo parte novamente da presente contratação.

Sendo assim, temos acesso a todos os relatórios gerenciais, de forma completa e em tempo real, o que norteia a administração municipal a tomada de decisões quanto ao abastecimento e gerenciamento da frota.

A forma da presente contratação está implantada no município há pelo menos uma década, e nunca houve desabastecimento, tendo em vista que há planejamento para a presente contratação, resguardando a administração, tendo em vista a importância do objeto a ser contratado.

De forma complementar informo que a municipalidade licitou recentemente o serviço de rastreamento da frota, através do P.A. 21885/22, pregão 127/2023, e o mesmo encontra-se em fase de testes, sendo possível ser integrado ao atual sistema de gerenciamento de abastecimento, o que visa trazer maior assertividade da administração pública na tomada de decisões.

Quanto a alegação em relação a exigência do registro do profissional no Conselho de Química, a mesma se faz necessária, uma vez que a presente licitação tende a contratar diretamente com empresas que produzem e distribuem o combustível e não com postos de revenda venda final, o que encareceria a despesa com a operação da frota.

Conforme já relatado pela comissão de licitação às fls. 45, a impugnante já entrou com pedido similar em licitações anteriores tendo sido negado provimento,



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

uma vez que a municipalidade no momento, entende que o modelo de negócio ofertado pela em empresa PRIME, que ela nomeia como QUARTEIRIZAÇÃO, não atende de forma satisfatória o interesse da municipalidade, tão pouco se demonstra vantajoso, dentro das necessidades de abastecimento e peculiaridades das operações da frota municipal de veículos.

Sendo assim, entendemos pela manutenção de todo o descrito no edital e termo de referência, **NEGANDO** provimento ao presente pedido de impugnação.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871



**Processo Administrativo n.: 21.439/2024**

**Requerente: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.**

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.093 de 2024 -  
Processo Licitatório n. 13.462/2024**

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## **I - DO RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 07/08/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90.093 de 2024 - Processo Licitatório n. 13.462/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10) com oferta de desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda a frota de veículos oficiais para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 12 de agosto de 2024.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/12, que a contratação de empresa fornecedora de combustível a granel não é a melhor escolha para alcançar a economia e eficiência, uma vez que o órgão pleiteia dois serviços distintos dentro de um só item, quais sejam o fornecimento de combustível e a gestão de abastecimento de frota por intermédio de um sistema informatizado.

Requer, ao fim, a alteração das cláusulas do edital a fim de constar que o objeto do certame é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota através da rede credenciada e, alternativamente, a divisão do objeto em dois lote, um para gerenciamento de frota através da rede credenciada e outro para comodato de tanque e bomba, ponto de abastecimento e fornecimento de combustível (kit de abastecimento).



A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 37/39, afirma que a empresa impugnante já interpôs pedidos de impugnações similares nos anos de 2021, 2022 e 2023 buscando a alteração do objeto com o fito de adequar a licitação à sua prestação de serviços, desconsiderando os princípios do interesse público, eficácia, dentre outros.

Por fim, encaminhou o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, a esta Procuradoria-Geral.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, por meio da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 42/47, afirma que o modelo proposto pela impugnante diverge e muito do que a municipalidade pretende contratar através da presente licitação, vez que sugere uma descentralização do abastecimento da frota, sendo ela a intermediadora entre o posto de combustível e a municipalidade, onde a municipalidade somente poderá abastecer em postos conveniados pela impugnante, o que poderá acarretar diversas consequências que poderão ferir os princípios da economicidade e eficiência.

Afirma, ainda, que não há discussão quanto a vantajosidade do atual contrato, que ainda oferta o sistema de controle de abastecimento de frotas, que a impugnante alega ser impossível de ser contratado, bem como o sistema de monitoramento eletrônico em tempo real do quantitativo de combustível estocado em cada um dos tanques aéreos e toda a manutenção do postos, bombas etc., por conta da atual contratada.

Por fim, acrescenta que a impugnante já entrou com pedido similar em licitações anteriores, tendo sido negado provimento, uma vez que o modelo de negócio ofertado pela impugnante, que ela nomeia como quarteirização, não atende de forma satisfatória o interesse da municipalidade, tampouco se demonstra vantajoso dentro das necessidades de abastecimento e peculiaridades da operações da frota municipal de veículos, concluindo pela manutenção de todo o descrito no edital e termo de referência, negando provimento ao pedido de impugnação.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica.

É o relatório.



## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 07/08/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 12/08/2024, tendo sido suspensa em virtude das impugnações apresentadas.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

*Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.*

*§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.*

*§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.*

*§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.*

*Q*



Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, **inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos,** escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, verifica-se que a empresa apresentou impugnação relativa ao modelo do objeto licitado, sob a alegação de que não seria a melhor escolha para a Administração, da mesma forma que nos certames dos anos anteriores, cuja alegação foi devidamente rechaçada pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados na manifestação de fls. 42/47, que respondeu os pontos impugnados, negando provimento à impugnação.

Acerca da escolha do objeto, a fim garantir a qualidade do objeto da contratação, mas sem prejudicar o alcance da ampla concorrência, deve a área técnica responsável avaliar as reais necessidades da Administração Pública para garantir quais exigências serão suficientes para suprir a demanda, estabelecendo claramente quais são as definições adequadas para a completa aderência do objeto às necessidades da contratante.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 2.129/2021 – Plenário, assim enunciou:

*“A escolha feita pela Administração Pública não pode ser arbitrária, ao contrário, deve ser motivada. Em suma, a licitação exige, necessariamente, algum tipo de restrição, pois, no momento em que se definem as características do produto desejado, afasta-se a possibilidade de participação das empresas que não detêm os bens com as características estipuladas. O que não se admite, e assim prevê tanto o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal como o art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.*

*[Assinatura]*

[...]

*A busca pela qualidade não pode ocorrer em prejuízo da economicidade e da ampliação da competitividade das licitações, devendo ser avaliado, em cada caso, se as exigências e as condições estabelecidas são pertinentes em relação ao objeto licitado, inclusive no intuito de garantir que o produto a ser fornecido tenha a qualidade desejada. É exatamente nesse ponto que reside a importância de haver a adequada motivação de todos os requisitos a serem cumpridos pelos produtos a serem fornecidos, o que não ocorreu no âmbito da licitação em tela.”.*

No caso dos autos, a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 42/47, afirma que a forma da presente contratação está implantada no Município há, pelo menos, uma década, e que nunca houve desabastecimento, tendo em vista que há planejamento para a contratação e, ainda, que não há discussão quanto a vantajosidade do atual contrato, que ainda oferta o sistema de controle de abastecimento de frotas, que a impugnante alega ser impossível de ser contratado, bem como o sistema de monitoramento eletrônico em tempo real do quantitativo de combustível estocado em cada um dos tanques aéreos e toda a manutenção do postos, bombas etc., por conta da atual contratada.

Salvo melhor juízo, a secretaria requisitante justificou a escolha do objeto da forma que melhor atende as necessidades do Município.

Considerando que foram impugnadas apenas questões referentes ao objeto licitado, e considerando que a atribuição é da pasta requisitante, que negou provimento à impugnação, não cabe a esta assessoria jurídica adentrar no mérito do objeto licitado.

No mais, não tendo sido suscitada qualquer dúvida jurídica, desnecessária a análise desta Procuradoria-Geral.

### **III - DA CONCLUSÃO**

Em face do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência e providências cabíveis para a consecução do certame.





Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo (Lei Municipal n. 4.637/18), restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 12 de agosto de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula: 62.773

Comissão de Pregão I

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024**

Processo Licitatório nº: 13.462/2024

Processo de Impugnação nº: 21.439/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (ano).

IMPUGNANTE: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.093/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese, alega a impugnante que a melhor escolha atualmente para esta Administração seria optar pela contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento da frota através de Rede Credenciada (quarteirização), excluindo-se as exigências relacionadas a comodato de tanque e bomba, ponto de abastecimento e fornecimento de combustível.

**III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

Pelo exposto requer que o I. Pregoeiro julgue PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO, a fim de proceder as seguintes alterações:

- 1) Alterar as cláusulas do edital, a fim de constar que o objetivo do certame é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota através da rede credenciada;
- 2) Alternativamente, requer-se a divisão do lote em (i) gerenciamento de frota através da rede credenciada e (ii) comodato de tanque e bomba, ponto de abastecimento e fornecimento de combustível ("kit de abastecimento");
- 3) Republicar os termos do edital, reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei.



PROCESSO Nº: 21.439/2024


RUBRICA: up FOLHA: 56

Comissão de Pregão I

#### IV. DO MÉRITO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiado pela manifestação do setor técnico requisitante (fls. 42 a 47) e pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 48 a 53) e sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.093/2024, e no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 19 de agosto de 2024.

  
**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934